



ATA DE REUNIÃO

1
2 Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, as quatorze horas e quarenta
3 minutos, na sede da RIOPRETOPREV, sito à Rua General Glicério nº. 3553, Centro, realizou-se
4 **Reunião Ordinária** do Conselho Municipal de Previdência (C.M.P.), com a presença dos
5 **Membros:** Dimas Fernandes, Egas Henrique Francisco Júlio, Roseli Mara Ricardo Bernardes,
6 Carlos Henrique de Oliveira, Maria Ines Spinelli Arantes, Mário José Piccarelli de Castro e José
7 Martinho Wolf Ravazzi Neto. Os conselheiros Mauro José Bispo de Araújo e Valter de Lucca
8 justificaram suas ausências. Esteve presente também a Superintendente da Entidade, Emília Maria
9 Martins de Toledo Leme. A reunião teve a seguinte pauta: **I – Abertura dos Trabalhos: 1.1)**
10 **Verificação de quorum. 1.2) Palavra do Presidente. 1.3) Palavra da Superintendência. 1.4)**
11 **Palavra dos Membros. II – Atas e Comunicados: 2.1) Apreciação e votação das atas das**
12 **reuniões anteriores (ata 154 e 155); 2.2) Relatório Mensal dos Atos Administrativos (junho e**
13 **julho/2013); 2.3) Entrega de Documentos Solicitados pelo Conselho: 2.3.1) Relatório dos**
14 **Benefícios Previdenciários (a ser encaminhado via e-mail). III – Ordem da Pauta do dia: 3.1)**
15 **Apresentação e votação do relatório do grupo de trabalho para estudo de medidas a serem**
16 **adotadas para a regularização do equilíbrio atuarial do RPPS. 3.2) Apresentação e votação**
17 **da Lei Orçamentária Anual para o ano 2014; 3.3) Outros.** A reunião teve início com a
18 verificação do quórum, o qual estava de acordo com o par. 8º do art. 104 da Lei Complementar
19 139/2001, com redação dada pela Lei Complementar 364/2012. O presidente inicia os trabalhos e
20 passa a palavra para Superintendente, que informa sobre o Decreto Municipal nº 16.843/2013 que
21 constitui o grupo de estudos para normatização de procedimentos relacionados às perícias médicas,
22 reabilitação pessoal e readaptação profissional. Esclarece que o objetivo do grupo é a elaboração de
23 um manual de saúde do trabalhador, que servirá de subsídio para a atuação dos médicos peritos nos
24 procedimentos de admissão, concessão de licenças médicas e concessão de benefícios
25 previdenciários, além da normatização de exames admissionais, exames periódicos, licenças
26 médicas, reabilitação/readaptação e acidentes/doenças do trabalho. Ainda segundo a
27 Superintendente o grupo é formado por servidores da Administração Municipal e da
28 RIOPRETOPREV, que já trabalham na área, e que inclusive faz parte do grupo o conselheiro
29 Mário José Piccarelli de Castro. Por fim, a superintendente declara que a constituição do grupo é
30 um avanço para a RIOPRETOPREV. Ainda com a palavra, a superintendente dá as boas vindas
31 aos novos membros do colegiado: José Martinho Wolf Ravazzi Neto e Roseli Mara Ricardo
32 Bernardes. Agradece pela disponibilidade. Com a palavra, o membro Carlos Henrique de Oliveira
33 saúda os novos membros afirmando que embora eles sejam representantes do Prefeito não precisam
34 agir segundo a vontade dele. O conselheiro questiona a Superintendência sobre o cálculo atuarial
35 que estaria sendo elaborado pela Caixa Econômica Federal. A Superintendente informar que o
36 cálculo ainda não foi entregue pela Caixa Econômica Federal, mas que está acompanhando o
37 procedimento e que as informações solicitadas estão sendo devidamente prestadas. O conselheiro
38 Carlos Henrique de Oliveira solicita esclarecimentos da superintendente para posicionar sobre as
39 iniciativas adotadas em relação ao alto número de servidores em gozo de auxílio-doença. A
40 superintendente afirma que: foi credenciado um novo perito para realizar as perícias da
41 RIOPRETOPREV, Dr. Jorge Paulete Vanrell; A autarquia realiza o acompanhamento dos
42 servidores em usufruto de benefício através de uma equipe multidisciplinar que realiza visitas
43 domiciliares para apurar situação do segurado; cita novamente, a constituição do grupo de trabalho
44 para confecção do manual de perícias médicas municipal, afirmando que ao fim do trabalho as
45 conclusões serão trazidas para conhecimento do conselho. O conselheiro Carlos Henrique de
46 Oliveira questiona se a Superintendente já tem uma análise dos afastamentos da entidade, sendo
47 respondido que ainda não houve a análise já que aguarda o fim dos trabalhos do grupo constituído,
48 afirmando que uma análise no momento seria precipitada. A Superintendente informa também
49 sobre congresso de perícia médica que será realizado no mês de setembro na cidade de



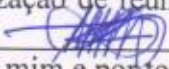
50 Campinas/SP, informando que irá participar junto com um dos servidores que faz parte do grupo de
51 trabalho para elaboração do manual de perícias médicas e que trabalha na área. Os conselheiros
52 decidem que os eventos previstos que versem sobre previdência devem ser informados na pauta de
53 reuniões ordinárias. Com a palavra o Conselheiro Mário José Piccarelli de Castro destaca sua
54 participação no grupo de trabalho para criação de um manual de perícias. Ressalta o compromisso
55 do grupo de colher críticas e sugestões dos servidores que atualmente lidam com a concessão de
56 licenças médicas e benefícios previdenciários. Iniciando os trabalhos, foram lidas e aprovadas as
57 atas 154 e 155. O relatório mensal dos atos administrativos foi entregue aos pares. O relatório de
58 benefícios previdenciários por incapacidade foi encaminhado aos conselheiros por e-mail. A
59 Superintendente passa a apresentar o relatório elaborado pelo grupo de trabalho constituído pelo
60 Decreto nº 16.704/2013 que discutiu o déficit técnico atuarial do regime previdenciário municipal:
61 Esclarece que no início do relatório foram apresentados conceitos para contextualizar o estudo;
62 ressalta que foram descartadas as hipóteses de segregação de massas e o trabalho foi direcionado
63 para hipóteses de repasse de contribuição suplementar que atendam a necessidade financeira do
64 regime e a possibilidade de desembolso do município; ao fim designadas duas hipóteses no estudo
65 realizado: a) consiste em aportes mensais que podem ser realizados na forma de transferência de
66 imóveis; b) consiste no regime não abranger mais benefícios por incapacidade e maternidade e a
67 implantação de alíquota suplementar, que também pode ser realizada com alienação de imóveis.
68 Para elaboração das propostas foi utilizado o DRAA com data base de dezembro/2012, realizado
69 pelo atuário Richard Dutzmann. A superintendente adverte que antes da transferência os imóveis
70 deverão passar por criteriosa avaliação quanto ao seu valor e deverá ser demonstrada sua liquidez.
71 Por fim, a superintendente informa que a proposta do prefeito para amortização do déficit técnico
72 atuarial é na forma de realização de aportes mensais na forma de alienação de imóveis, assim como
73 pela continuidade do pagamento dos benefícios por incapacidade e maternidade. O conselheiro
74 Carlos Henrique de Oliveira afirma que o relatório apresentado tem em sua elaboração dois
75 problemas iniciais relevantes: a) os representantes dos servidores municipais foram excluídos do
76 grupo, o que mostra que o grupo tem algo a esconder; da empresa que realizou a avaliação atuarial
77 tem caráter duvidoso, tanto na área técnica quanto na moral. Afirma que até a entrada do governo
78 atual eram realizadas três avaliações atuariais para, ao fim, o Conselho escolher aquela que seria
79 utilizada para encaminhar o DRAA ao Ministério da Previdência Social. O conselheiro afirma que
80 os representantes dos servidores faz algum tempo que vem afirmando que o cálculo apresentado
81 pelo atuário esta subdimensionado, pois estima quase 60 milhões como valor a receber como
82 compensação previdenciária. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira requer que antes da
83 votação da referida proposta apresentada pela superintendente, seja autorizado seu acesso aos
84 dados que serviram de base para realização da avaliação atuarial, pois pretende solicitar que o
85 Sindicato dos Servidores Municipais realize uma avaliação independente com esses dados para
86 comparar com os dados apresentados. A Superintendente informa que a solicitação de acesso aos
87 dados, realizada por esse conselho, foi encaminhada para Secretaria Municipal de Comunicação
88 Social. Entretanto, até o presente momento a Secretaria não nos informou do andamento
89 comprometendo-se a verificar o andamento. A Superintendência aduz ainda que o estudo foi
90 realizado pelo Atuario Richard Dutzmann devido ao fato que o cálculo atuarial vigente foi
91 realizado por ele. A Superintendente, Emília, destaca a necessidade de contratar um atuário para
92 realizar o acompanhamento do déficit técnico da entidade informando que a autarquia realizará um
93 pregão para referida contratação. Diante da informação oferecida pela Superintendência, o
94 conselheiro Carlos Henrique de Oliveira solicita que a contratação da empresa de atuaria seja
95 listada como item de pauta para ser discutida ao final. O Conselheiro afirma também que a entidade
96 alugou um "palacete" para sua sede, além das outras contratações para "conforto", mas não se
97 dignou a contratar uma avaliação atuarial adicional para referenciar o trabalho do grupo de estudos,
98 o que custaria cerca de R\$ 5mil. Diante dos fatos o conselheiro afirma ser difícil explicar a relação

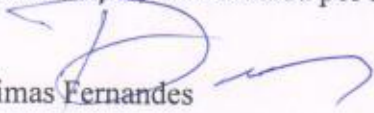


99 da RIOPRETOPREV com o Atuário Richard Dutzmann. Sobre a proposta de transferência de
100 imóveis o Conselheiro Carlos Henrique de Oliveira questiona os presentes sobre a possibilidade de
101 Município repassar os imóveis ocupados a entidade e posteriormente cancelar a transferência. De
102 outro ponto, o conselheiro ressalta que não houve respeito aos servidores até o presente momento, e
103 requer que seja realizada outra avaliação atuarial para comparar com a avaliação apresentada. A
104 Superintendente afirma que o prazo para definir a questão já terminou e é imperativo que a
105 proposta seja apurada com a maior rapidez possível. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira
106 solicita acesso aos dados para que o Sindicato possa solicitar outra avaliação atuarial para posterior
107 análise da questão. A superintendente entrará em contato com a Secretaria Municipal de
108 Comunicação Social para verificar o andamento do documento que encaminhou referente à base de
109 dados e afirma que se o colegiado decidir realizar nova reunião deverá desde já marcar a data. O
110 conselheiro José Martinho Wolf Ravazzi agradece a Emília pela confiança dispensada e afirma que
111 foi dela o convite para participar do colegiado e afirma que não está obrigado a aprovar tudo que
112 seja encaminhado pelo município ou pela superintendência. Ressalta que antes de fazer parte do
113 colegiado observava a questão de déficit atuarial e assevera que o Município não tem valores
114 disponíveis para realizar o aporte de forma integral e que este conselho deve analisar propostas
115 alternativas como a apresentada. Os conselheiros afirmam ainda que no projeto de lei deve
116 mencionar o momento da desocupação dos prédios que tem construções ou são utilizados. E o
117 conselheiro Egas Henrique Francisco Júlio ressalta que a RIOPRETOPREV está em situação de
118 superávit financeiro e não precisaria tomar posse do imóvel nesse momento. O presidente
119 questiona se o Prefeito vai passar a escritura do imóvel agora. O conselheiro Carlos Henrique de
120 Oliveira diz que é fácil realizar superávit negando direito aos segurados, como é caso dos
121 professores ocupantes das funções de magistério. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira
122 encaminha seu voto: que a base de dados lhe seja entregue imediatamente e solicita o agendamento
123 de reunião extraordinária para apresentar os dados e tomar a decisão. Dessa forma, o colegiado
124 define que seja realizada nova reunião no dia 27/08/2013 e que os dados sejam disponibilizados
125 pela superintendência. Terminada a discussão, passou-se a análise da Lei Orçamentária Anual para
126 o ano de 2014. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira assevera que na lei orçamentária deve
127 vislumbrar a perspectiva de aporte prevista no DRAA vigente, ou seja, de 5% do valor da folha de
128 pagamento mensal. O contador da entidade, Hélio Antunes Rodrigues esclarece alguns outros
129 pontos do orçamento. A Superintendente informa que a proposta orçamentária deve ser votada
130 conforme no estado atual, e caso haja alteração na proposta de equalização do déficit técnico a
131 mesma será retificada. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira observa o valor previsto para
132 repasse do COMPREV para 2014 é de R\$ 789.000,00, e que supondo ainda que o valor anual possa
133 ser de 01 milhão, em 35 anos teremos trinta e cinco milhões e não 50 milhões, como prevê a
134 avaliação atuarial. A Superintendente informa que a previsão de aporte para 2014 está em acordo
135 com a proposta apresentada nesta data. O conselheiro José Martinho Wolf Ravazzi Neto afirma que
136 o colegiado não pode superestimar a receita e anotar na Lei Orçamentária Anual, sob pena de
137 rejeição das contas pelo Tribunal de Contas do Estado. O projeto de lei orçamentária anual para
138 2014 é colocado em votação. Os conselheiros Dimas Fernandes, José Martinho Wolf Ravazzi Neto
139 e Egas Henrique Francisco Júlio votam pela aprovação da Lei Orçamentária Anual para 2014, da
140 forma apresentada. Os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira e Maria Ines Spinelli Arantes
141 votam contra a proposta, pois afirmam que a previsão de aporte deve corresponder a avaliação
142 atuarial cujo DRAA esta vigente, no importe de 5% sobre o valor da Folha de pagamento mensal, o
143 que corresponde a cerca de 20 milhões, ao contrário do exposto na LOA, que prevê um aporte de 5
144 milhões. Portanto, fica aprovada a proposta de Lei Orçamentária Anual para 2014 da forma
145 apresentada. No último item da ordem do dia, O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira questiona
146 a superintendente sobre os motivos que levarão ao lançamento de edital para contratação de
147 assessoria atuarial. A Superintendente informa que com a nova forma de realização de aporte e com a



Ata nº. 156

148 instituição da política de amortização do déficit técnico atuarial será necessário à análise
149 especializada da situação da entidade, e por isso a necessidade da contratação do atuário. Sem mais
150 assuntos, fica definida a realização de reunião extraordinária em 27/08/2013. Assim, eu, Adriano
151 Antonio Pazianoto , lavro a presente ata que, para fins de
152 consolidação, vai assinada por mim e por todos os presentes.

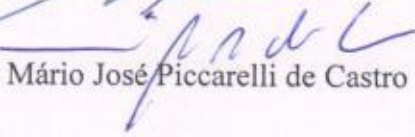
153 
154 Dimas Fernandes

Egas Henrique Francisco Júlio

Roseli Mara Ricardo Bernardes


Carlos Henrique de Oliveira

Maria Ines Spinelli Arantes


Mário José Piccarelli de Castro


José Martinho Wolf Ravazzi Neto

155